

Novembro de 2018

# O Papel do Poder Judiciário como Estabilizador das Relações Tributárias no Setor de O&G

Sergio André Rocha (UERJ)  
[sergio.andre@sarocha.com.br](mailto:sergio.andre@sarocha.com.br)



SERGIO ANDRÉ ROCHA  
ADVOCACIA & CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

[www.sarocha.com.br](http://www.sarocha.com.br)

# Agenda

## O Papel do Poder Judiciário como Estabilizador das Relações Tributárias no Setor de O&G

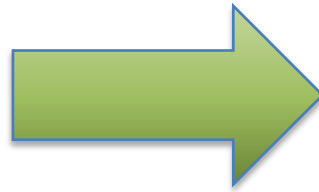
1. De um modelo monopolista para um modelo de mercado
2. A política tributária para o Setor de Petróleo e Gás
3. Excessiva utilização da competência regulamentar e necessidade de controle dos atos administrativos
4. Política bipolar de tratamento do indébito tributário

**1.**

**De um Modelo Monopolista para um Modelo de Mercado**

**Efeitos Tributários do Fim do Monopólio da Petrobras**

# Aspectos Fiscais do Fim do Modelo de Monopólio





# Aspectos Fiscais do Fim do Modelo de Monopólio

- Só em 2017 foi revogado o artigo 416 do Regulamento do Imposto de Renda, que fazia **referência nominal à Petrobras**.

“Art. 416. A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS poderá deduzir, para efeito de determinação do lucro líquido, as importâncias aplicadas, em cada período de apuração, na prospecção e extração de petróleo cru (**Decreto-Lei nº 62, de 21 de novembro de 1966**, art. 12).”

- Revogado pelo artigo 11 da Lei nº 13.586/2017.

## **2.**

### **Premissa de um Modelo Eficiente de Tributação do Setor de Petróleo e Gás**

### **Incidência da Tributação no Momento da Geração da Receita**



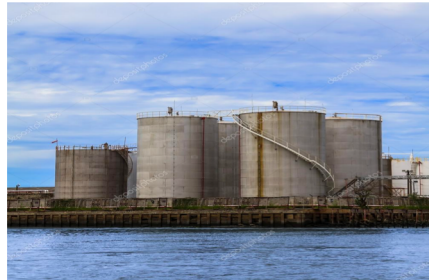
## Upstream

- Exploração
- Desenvolvimento
- Produção



## Midstream

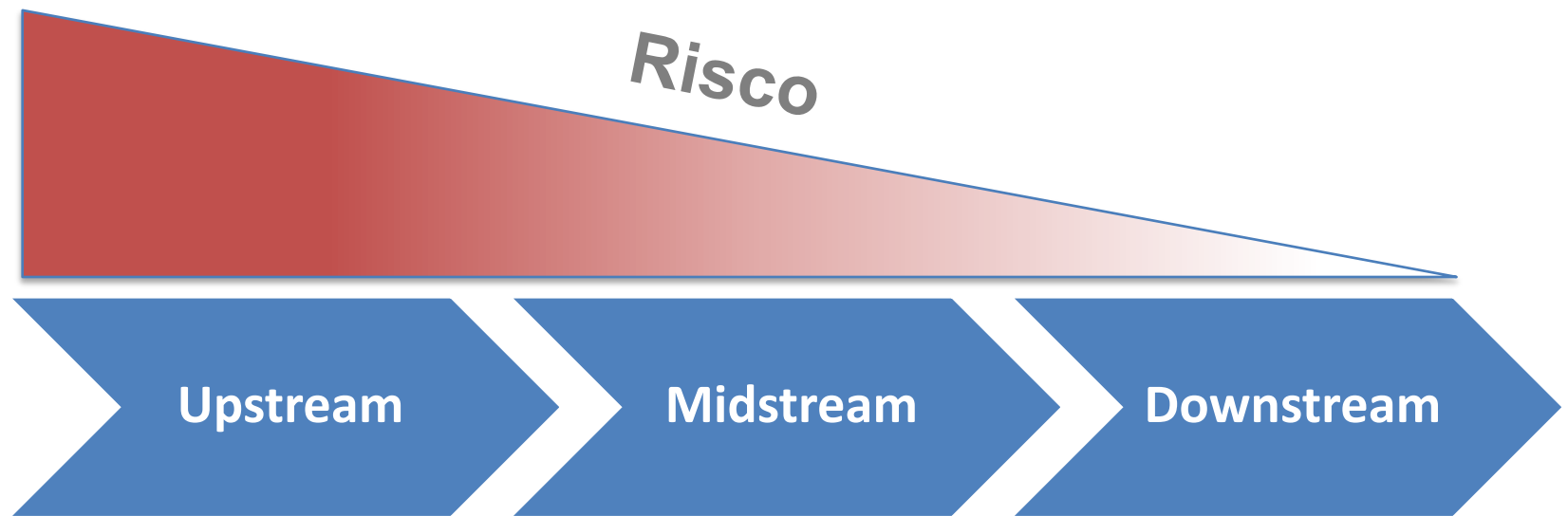
- Transporte
- Armazenamento



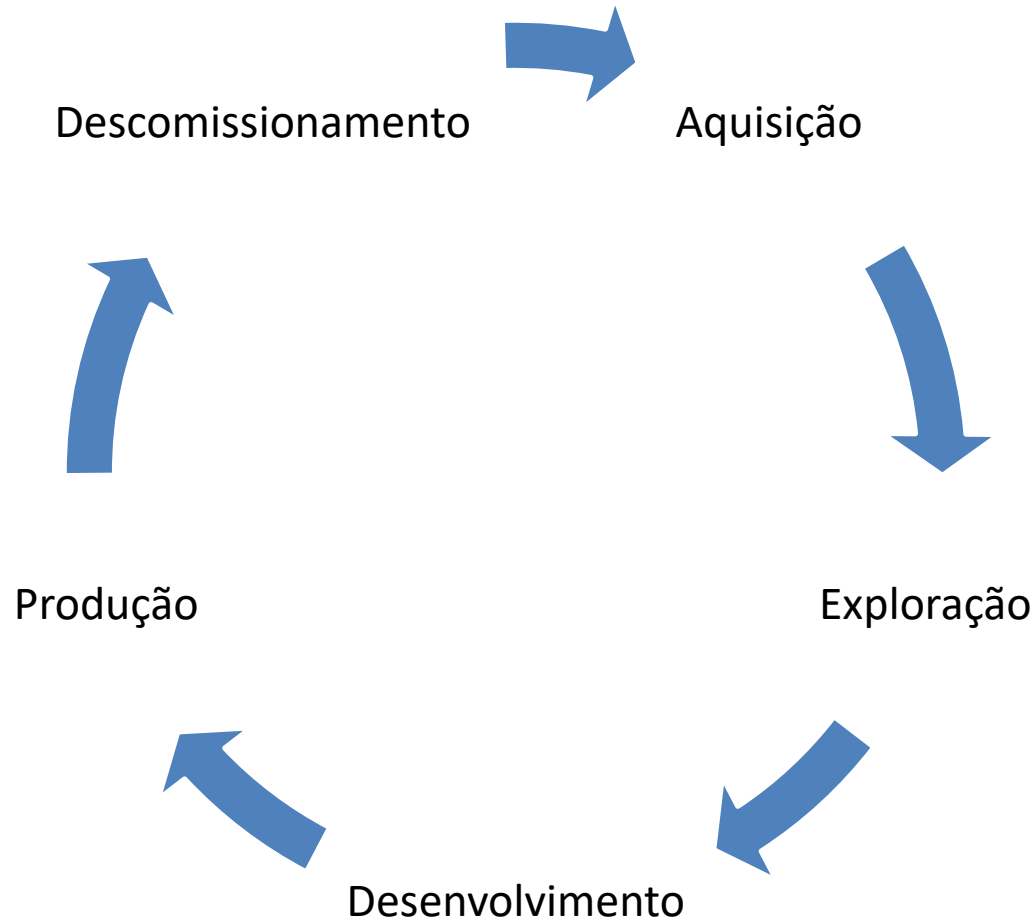
## Downstream

- Refino
- Distribuição/Venda





# Fluxo de um Projeto de Upstream



# Política Tributária para o Setor de Petróleo e Gás

- É imprescindível uma visão setorial
- Percepção da carga tributária como um todo: noção de “Government Take”
- Alocação da carga tributária no momento em que o projeto começa a gerar resultado
- Emparelhamento dos encargos de depreciação, amortização e exaustão com a geração de receita

# Política Tributária para o Setor de Petróleo e Gás

- O centro dessa política tributária é a recente **Lei nº 13.586/2017**.
- Pontos centrais:
  - Antecipação do **aproveitamento fiscal dos gastos** de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.
  - Disciplina do tratamento fiscal do **afretamento de embarcações**.
  - Manutenção e reformulação do **REPETRO**.



**3.**

## **Competência Regulamentar**

### **Implementação das Regras Legais pela Administração Fazendária**

# Competência Regulamentar e Excesso de Poder

- Pontos de atenção:
  - Excesso de regras legais prevendo o exercício de competência regulamentar pela Receita Federal do Brasil.
  - Excesso de poder na interpretação de tais regras.

# Competência Regulamentar na Lei nº 13.586/17

## Lei nº 13.586/17

Art. 8º. A **Secretaria da Receita Federal do Brasil editará**, no âmbito de suas competências, **os atos necessários à execução dos procedimentos de que trata esta Lei**, em especial quanto à opção e ao parcelamento previstos, respectivamente, no caput e no § 3º do art. 3º desta Lei.

- Limites da competência regulamentar e a ausência de uma delegação ampla na Lei nº 13.586/17.

# Competência Regulamentar e REPETRO

## Decreto-Lei nº 37/1966

“Art.93 - O regulamento poderá instituir outros regimes aduaneiros especiais, além dos expressamente previstos neste Título, destinados a atender a situações econômicas peculiares, estabelecendo termos, prazos e condições para a sua aplicação.”

## Decreto nº 6.759/2009 (Regulamento Aduaneiro)

“Art. 458. O regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, previstas na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, é o que permite, conforme o caso, a aplicação dos seguintes tratamentos aduaneiros (Decreto-Lei nº 37, de 1966, art. 93, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.472, de 1988, art. 3º) [...]”

# Competência Regulamentar e REPETRO

## Lei nº 13.586/2017

“Art. 5º Fica instituído o regime especial de importação com suspensão do pagamento dos tributos federais de bens cuja permanência no País seja definitiva e que sejam destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, previstas nas Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 12.276, de 30 de junho de 2010, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010.”

“Art. 6º Fica suspenso o pagamento de tributos federais na importação ou na aquisição no mercado interno de matérias-primas, de produtos intermediários e de materiais de embalagem para serem utilizados integralmente no processo produtivo de produto final destinado às atividades de que trata o caput do art. 5º desta Lei.”

**4.**

## **Exposição a Riscos Tributários Gerais**

**Limitações ao Direito de Repetição de Indébito  
via Compensação**

# Competência Regulamentar e REPETRO

## Lei nº 13.670/2018

- Proibição da compensação de créditos tributários contra débitos de estimativa de IRPJ e CSLL.
- Para empresas do setor de petróleo e gás pode significar basicamente o pagamento de IRPJ e CSLL sem lucro.
- É uma questão especialmente delicada no contexto do REPETRO para bens de permanência definitiva, criado pela Lei no 13.586/2017.

# Comentários Finais



Novembro de 2018

Obrigado pela atenção.

[sergio.andre@sarochoa.com.br](mailto:sergio.andre@sarochoa.com.br)